



2023/2129(DEC)

08.2.2024

PARECER

da Comissão da Cultura e da Educação

dirigido à Comissão do Controlo Orçamental

sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2022, Secção III – Comissão e agências de execução (2023/2129(DEC))

Relator de parecer: Romeo Franz

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão da Cultura e da Educação insta a Comissão do Controlo Orçamental, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Congratula-se com os esforços da Comissão e da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA) no sentido de adaptar o Erasmus+, o Corpo Europeu de Solidariedade e o programa Europa Criativa a uma realidade em mudança, nomeadamente através da revisão em alta dos montantes do apoio individual para as subvenções, a fim de salvaguardar o seu carácter inclusivo, do alargamento dos prazos de candidatura e da duração dos projetos, bem como de uma reorientação voluntária das atividades para a Ucrânia, e espera que sejam envidados mais esforços para reforçar as medidas de inclusão e o apoio destinado a facilitar a participação de grupos vulneráveis;
2. Observa que, apesar do contexto difícil criado pelos efeitos duradouros da pandemia, pelo impacto do aumento da inflação e dos preços da energia nos beneficiários e pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o programa Erasmus+ retomou plenamente em 2022 a sua missão de longa data de apoio à mobilidade transnacional para fins de aprendizagem, sendo o número de pessoas que receberam ajuda para a mobilidade comparável ao dos anos anteriores à pandemia;
3. Observa que, em 2022, foram lançadas ou desenvolvidas iniciativas importantes, como o Espaço Europeu da Educação, o mecanismo de financiamento misto MediaInvest, o novo regime de mobilidade «A Cultura Move a Europa» e o Ano Europeu da Juventude 2022; lamenta as limitações incluídas no regime de mobilidade A Cultura Move a Europa, que excluem as viagens em avião para trajetos inferiores a 600 km e obrigam os participantes a fazerem viagens mais longas e caras; observa que o complemento disponibilizado para compensar estes custos representa uma perda de oportunidades de mobilidade para outros potenciais participantes;
4. Saúda que a Comissão e a EACEA tenham conseguido alcançar a execução quase integral do orçamento para o Erasmus+ e a execução integral do orçamento para o Corpo Europeu de Solidariedade em 2022, o que tornou inclusive necessário reatribuir créditos de outros programas para cobrir as necessidades de pagamento; observa os desafios à execução dos pagamentos da Europa Criativa em 2022, tendo sido diferidos 50 milhões de EUR para 2023 devido a problemas operativos e atrasos nos processos de concessão; reconhece os esforços da DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura (DG EAC) e da EACEA para limitar o impacto desses atrasos e voltar a um ritmo normalizado em 2023;
5. Observa que, em 2022, o risco global no momento do pagamento da DG EAC e da EACEA continuou a ser relativamente baixo e que a sua taxa de erro global permaneceu abaixo do limiar de materialidade de 2%;
6. Reafirma a necessidade de aumentar ainda mais as dotações orçamentais dos programas culturais, educativos e da juventude da UE, em particular para alcançar mais jovens, artistas e profissionais com menos oportunidades e aumentar a sua participação, bem como para apoiar a educação para a cidadania; solicita, a este respeito, à Comissão que

continue a cooperar estreitamente com os Estados-Membros;

7. Manifesta novamente preocupação com o perfil orçamental fortemente diferido do programa Erasmus+; saúda o montante adicional de 35 milhões de EUR concedido ao Erasmus+ em 2022, graças à insistência do Parlamento, que está a contribuir para reforçar o apoio aos alunos, estudantes, professores e pessoal qualificado que fogem da Ucrânia;
8. Lamenta que os procedimentos de candidatura a financiamento da UE ao abrigo desses programas ainda sejam, muitas vezes, demasiado onerosos e criem obstáculos aos potenciais beneficiários; insta a Comissão a simplificar o processo de candidatura para os candidatos ao Erasmus+ e a torná-lo menos moroso, de modo a assegurar que as pequenas organizações assentes no voluntariado também possam candidatar-se com êxito a financiamento; reconhece que as novas medidas, notadamente a prorrogação do regime de acreditação para os setores principais do programa Erasmus+, simplificaram o acesso ao financiamento para atividades de mobilidade;
9. Destaca que o quadro de medidas de inclusão do programa Erasmus+ adotado em 2021 parece dar frutos, sendo, em 2022, a igualdade de género um objetivo principal ou importante e deliberado em mais 23 % dos projetos comparativamente a 2021;
10. Solicita ao OLAF que realize um inquérito exaustivo sobre a possível utilização indevida de fundos da UE, no âmbito do Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade, por redes de associações que apresentam projetos falsos, com o objetivo de verificar relatórios recentes sobre este assunto elaborados por algumas agências nacionais, medir a escala e a importância de tais casos de fraude e analisar o seu tratamento pelas autoridades competentes dos Estados-Membros;
11. Insta a Comissão a apresentar propostas para reforçar a confiança nos novos mecanismos de acreditação estabelecidos, assegurando que os candidatos continuam a respeitar plenamente os valores europeus, mesmo após a sua acreditação;
12. Saúda o facto de que, graças a um reforço de 3 milhões de EUR do Ano Europeu da Juventude de 2022, atribuído por insistência do Parlamento, tenha sido possível reforçar várias ações no âmbito do Ano, como projetos solidários, voluntariado e atividades de criação de redes; sublinha que os resultados positivos do Ano devem agora ser aplicados de forma sustentável para garantir o seu legado duradouro;
13. Recorda que são necessárias medidas financiadas pela UE para colmatar o fosso digital na educação e na aprendizagem ao longo da vida; exorta a Comissão a apresentar uma avaliação dos planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros relacionados com este tema; solicita à Comissão que avalie e apoie ativamente as recomendações do Parlamento relacionadas com um mínimo de 10 % de dotação para a educação, 2 % para o setor cultural e 20 % para a transformação digital no âmbito dos planos do MRR; lamenta que o orçamento da UE não apoie adequadamente a utilização ética da inteligência artificial e da robótica nos setores da educação e da cultura;
14. Toma nota da contínua antecipação orçamental do programa Europa Criativa, em 2022, com o objetivo de atenuar o impacto persistente da pandemia de COVID-19 nos setores culturais e criativos; observa que, graças a esta antecipação, em 2022 puderam ser

selecionados mais projetos europeus de cooperação cultural; manifesta, no entanto, preocupação pelo facto de a antecipação orçamental de 2021 e 2022 poder conduzir a uma escassez de financiamento a partir de 2023 e lamenta que o programa no seu conjunto continue a ser subfinanciado em relação aos objetivos a alcançar, nomeadamente tendo em conta a sua elevada taxa de inscrições;

15. Saúda a recente criação do «financiamento em cascata» como meio para otimizar o alcance do programa Europa Criativa, especialmente para as pequenas organizações; convida a Comissão a continuar a desenvolver esses regimes em todos os programas relevantes para o setor;
16. Louva o facto de que seja solicitado que quase todas as propostas apresentadas na vertente MEDIA proporcionem uma estratégia para melhorar as medidas de ecologização da indústria; exorta a Comissão, com base nestes resultados promissores e nas recomendações de um estudo de 2022 sobre a ecologização da Europa Criativa, a avançar com mais firmeza; insta a Comissão a avaliar a aplicação prática da política de ecologização em programas da UE como o Erasmus+ e Europa Criativa, com vista a melhorar a sua eficácia, por exemplo, no que diz respeito à atual política em matéria de modos de transporte sustentáveis;
17. Reitera o seu apelo para abordar urgentemente as questões pendentes relacionadas com a proteção dos dados pessoais para os beneficiários e os participantes no programa Erasmus+ e no Corpo Europeu de Solidariedade, em particular no respeitante a transferências de dados pessoais para países terceiros; exorta a DG EAC a implantar um novo «instrumento de transferência» imediatamente após a autorização da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, a fim de garantir as salvaguardas adequadas para tais transferências no futuro;
18. Incentiva a DG EAC e a DG CNECT a aplicarem plenamente as suas estratégias antifraude;
19. Saúda a criação, por parte da DG EAC, de uma nova ferramenta de gestão de projetos para as agências nacionais, que inclui uma nova funcionalidade para gerir riscos e possíveis exclusões; incentiva a DG EAC e a DG CNECT a implementarem plenamente as suas estratégias antifraude, nomeadamente ao oferecer formação obrigatória em matéria de sensibilização para a fraude e proteção de dados ao pessoal, em particular para os novos funcionários, e ao organizar um inquérito sobre a sensibilização para a fraude;
20. Manifesta preocupação com o facto de que a elevada taxa recorrente de transições da EACEA possa ser indicativa de problemas estruturais nos seus ciclos de execução ou de planeamento orçamental, os quais a EACEA deve abordar;
21. Assinala com preocupação os desafios persistentes em 2022 no que respeita aos sistemas de subvenções eletrónicas para os beneficiários dos convites à apresentação de propostas geridos pela EACEA; insta veementemente a Comissão e a EACEA a abordarem estas questões informáticas de uma vez por todas, a fim de evitar repercussões na consecução das metas, reduzir o risco de erros e simplificar os processos; considera que uma infraestrutura informática mais eficiente e acessível facilitaria igualmente o acesso dos pequenos beneficiários aos recursos do programa;

22. Salienta que o Erasmus+, o Corpo Europeu de Solidariedade e o programa Europa Criativa devem centrar-se ainda mais na concretização da prioridade da inclusão, a fim de chegar melhor às autoridades locais de comunidades pequenas, rurais ou remotas, às PME e às ONG que trabalham com grupos vulneráveis;
23. Incentiva a EACEA a implementar rapidamente as recomendações do seu Serviço de Auditoria Interna para melhorar a qualidade das transações, como a utilização de listas de controlo, a modificação dos circuitos financeiros e a harmonização dos processos;
24. Observa a evolução positiva da situação do pessoal da EACEA, com um aumento significativo do pessoal no final de 2022;
25. Regozija-se com os esforços da EACEA no sentido de aplicar o EMAS e incentiva-a a intensificar os seus esforços, mediante a aplicação de um plano de sustentabilidade e da publicação do relatório de sustentabilidade da Agência;
26. Salienta a necessidade de uma maior coordenação entre os vários intervenientes que executam ações em matéria de educação, juventude e cultura e os diferentes programas, bem como de uma melhor comunicação sobre essas sinergias;
27. Solicita uma avaliação conjunta do atual processo de seleção de projetos-piloto e ações preparatórias, com vista a reforçar a eficácia, a eficiência e a equidade do procedimento de pré-avaliação, de modo a maximizar todo o seu potencial para impulsionar ideias políticas inovadoras;
28. Incentiva a DG Connect a continuar a implementar estratégias de literacia mediática, como a Semana Europeia da Literacia Mediática de 2022, e sublinha a necessidade de continuar a lutar contra a desinformação em todas as iniciativas pertinentes da Comissão.

ANEXO: ENTIDADES OU PESSOAS SINGULARES DE QUEM O RELATOR RECEBEU CONTRIBUTOS

O relator recebeu contributos das seguintes entidades ou pessoas singulares aquando da preparação do parecer:

Entidade e/ou pessoa singular
Network of European Voluntary Service Organisation (NEVSO) TR: 363064351314-63

A lista acima é elaborada sob a responsabilidade exclusiva do relator.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO NA COMISSÃO ENCARREGADA DE
EMITIR PARECER**

Data de aprovação	11.1.2024
Resultado da votação final	+: 18 -: 1 0: 0
Deputados presentes no momento da votação final	Asim Ademov, Christine Anderson, Andrea Bocskor, Tomasz Frankowski, Romeo Franz, Sylvie Guillaume, Irena Joveva, Petra Kammerevert, Niyazi Kizilyürek, Predrag Fred Matić, Peter Pollák, Marcos Ros Sempere, Michaela Šojdrová, Sabine Verheyen, Maria Walsh
Suplentes presentes no momento da votação final	Ibán García Del Blanco, Domènec Ruiz Devesa, Viola von Cramon-Taubadel
Suplentes (art. 209.º, n.º 7) presentes no momento da votação final	Clara Aguilera

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

18	+
NI	Andrea Bocskor
PPE	Asim Ademov, Tomasz Frankowski, Peter Pollák, Michaela Šojdrová, Sabine Verheyen, Maria Walsh
Renew	Irena Joveva
S&D	Clara Aguilera, Ibán García Del Blanco, Sylvie Guillaume, Petra Kammerevert, Predrag Fred Matić, Marcos Ros Sempere, Domènec Ruiz Devesa
The Left	Niyazi Kizilyürek
Verts/ALE	Romeo Franz, Viola von Cramon-Taubadel

1	-
ID	Christine Anderson

0	0

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções